

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLICIA MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

AS REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE DO SETOR SANTO ANTÔNIO
ACERCA DA CRIMINALIDADE NESSA REGIÃO

DANIEL ROSA RESENDE – CADETE PM

GOIÂNIA

2015

DANIEL ROSA RESENDE

**AS REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE DO SETOR SANTO
ANTÔNIO ACERCA DA CRIMINALIDADE NESSA REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), como requisito parcial à conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO), sob a orientação do docente Cap Leonardo Bernardes Melo.

GOIÂNIA

2015

AS REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE DO SETOR SANTO ANTÔNIO ACERCA DA CRIMINALIDADE NESSA REGIÃO¹

Daniel Rosa Resende²

RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo demonstrar quais são as representações da comunidade do setor Santo Antônio na cidade de Goiânia no Estado de Goiás acerca da criminalidade nessa região e os principais fatores que levam os moradores desse bairro a construir um determinado entendimento a respeito da fonte da criminalidade que aflige seu dia-a-dia. Foi realizada uma pesquisa quantitativa e a ferramenta para coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário aberto a 117 pessoas dentre moradores e comerciantes daquele setor, esse quantitativo representa 4% da população do bairro. Ficou demonstrado que a maioria da população pesquisada vê como principal causa da criminalidade em seu setor a omissão da polícia, e também afirmaram majoritariamente que já foram vítimas de crimes ou conhecem algum vizinho que tenha sido e nesse mesmo sentido, responderam em sua maioria que o perigo está presente na sua rotina o dia todo. Conclui-se que essa comunidade construiu uma representação da criminalidade desvinculada da realidade, atribuindo as causas do crime a uma omissão estatal e não vislumbraram que a essência do crime está relacionada a fontes muito mais complexas que envolvem não apenas o Estado mas toda uma conjuntura de fatores.

Palavras-Chave: Representações. Setor Santo Antônio. Criminalidade.

ABSTRACT

This research has the objective to demonstrate what are the representations of St. Anthony industry community in the city of Goiania in Goiás about crime in this region and the main factors that lead residents of this neighborhood to build a certain understanding about the source crime afflicting their day-to-day. A quantitative survey and a tool for data collection was the application of an open questionnaire to 117 people among residents and businesses that sector, this number represents 4% of the district population was carried out. It has been shown that most of the surveyed people see as the main cause of crime in his police omission sector, and also stated overwhelmingly that have been victims of crime or know a neighbor that has been and that same sense, they responded mostly to the Danger is present in your routine all day. We conclude that this community built a representation of unrelated crime of reality, attributing the causes of crime to a State omission and not envisioned that the essence of the crime is related to much more complex sources that involve not only the state but a whole climate of factors.

Keywords: Representations. St. Anthony sector. Crime.

¹ Artigo foi apresentado ao Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, orientado pelo Capitão QOPM Leonardo Bernardes Melo, e coorientado pela 2ª Tenente QOPM Thaise Francisca Nunes Gonçalves.

² Cadete da Polícia Militar do Estado de Goiás e bacharel em Direito pela Uni-Anhanguera.

1 INTRODUÇÃO

A violência tem afetado de forma negativa a vida das pessoas na sociedade, a partir desse evento social, os indivíduos que compõe a comunidade passam a compreender e assimilar esses eventos a partir de percepções empíricas e não científicas da realidade, de modo que a soma desses diversos conhecimentos formam uma representação social da violência.

Esse trabalho visa demonstrar quais são as representações da comunidade do setor Santo Antônio acerca da criminalidade nessa região da capital goiana. Saber quais são essas representações é importante para os operadores da segurança pública, uma vez que podem concentrar esforços direcionados para o enfrentamento da violência com a finalidade de proporcionar bem estar para os moradores dessa região.

Diversos fatores colaboram para o aumento da violência, entre eles se destacam os problemas sociais que, de diversas ordens influenciam diretamente no aumento da criminalidade. Esses problemas envolvem questões sociais, tais como pobreza, ausência do Estado, sensação de insegurança entre outros.

A escolha da presente temática justifica-se pela importância de se saber quais são os principais fatores que influenciam os atos de violência no setor Santo Antônio, bem como demonstrar as representações que essa comunidade faz a respeito da violência cotidiana, suas causas e efeitos. Com essas respostas, as autoridades de segurança pública do Estado de Goiás podem conjugar esforços no sentido da implementação de políticas públicas de segurança na área pesquisada, com a finalidade de proporcionar bem estar e qualidade de vida para a população do bairro ora estudado.

O que se pretende nesse trabalho é demonstrar as representações que a comunidade do bairro Santo Antônio fazem a respeito da violência, de modo que a compreensão dessas informações poderá nortear uma possível ação dos órgãos de segurança pública no sentido de aperfeiçoar seu trabalho nesse bairro. Ainda nesse sentido, foi aplicado um questionário aberto, a uma amostra de 117 pessoas do bairro, entre moradores e comerciantes, que equivale a 4% da população do setor Santo Antônio, a aplicação desse questionário teve como a precípua finalidade a coleta de dados que esclareceram pontos importantes do presente trabalho. O resultado da pesquisa será apresentado adiante juntamente com a conclusão, respostas e sugestões que poderão contribuir para otimização do trabalho policial.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A CRIMINALIDADE

Os fatores sociais podem influenciar uma determinada comunidade de forma positiva ou negativa, tais fatores se manifestam cotidianamente por meio de uma representação que essa sociedade faz a respeito de eventos que afetam o seu dia a dia e sua rotina habitual, de modo que os conhecimentos gerados a partir dessas experiências refletem sinergicamente a opinião da população. De acordo com Porto (2006) as representações sociais refletem:

[...] um tipo de conhecimento que poderia ser dito de segundo grau, não por ser menos relevante do que aquele obtido de “primeira mão”, mas na medida em que chega-se a ele interrogando a realidade através do que se pensa sobre ela. Exemplificando, ao invés de centrar a análise nos dados brutos da violência, interroga(m)-se o(s) imaginário(s) construído(s) sobre a violência. Esta é uma característica que diz respeito à relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa, o qual, longe de ser um dado, tem que ser construído como tal. Afirmção cujo desdobramento pressupõe o objeto do conhecimento como distinto do objeto real e que, voltando a Bourdieu, reconhece que o problema social, não sendo necessariamente um problema sociológico, precisa ser construído como tal. Tal preocupação faz sentido, mesmo quando se prioriza, como tenho buscado fazer, o empiricamente existente mais do que o normatizado institucional ou legalmente. E faz mais sentido ainda quando está em questão a reflexão sobre a violência, a qual, como já afirmado acima, não é um conceito teórico, mas um fenômeno empírico. (PORTO, 2006, p. 253-254).

Para Porto (2006) o fenômeno das representações sociais expressam os sentimentos e as sensações de uma sociedade em relação a determinado fenômeno, fica evidente que embora essas representações sejam uma forma de conhecimento, deve-se ter certa cautela ao analisá-las, pois se trata das percepções que as pessoas têm a respeito de certos conhecimentos e não de dados elaborados sob um enfoque científico.

É salutar reconhecer que o conhecimento empírico gerado no seio social, muitas vezes não representa a realidade fática, isso porque, a comunidade por meio de uma possível e falsa representação da violência, atribui à omissão do Estado a culpa pela criminalidade, fenômeno este que como todos sabemos é fruto de muitos outros fatores que antecedem a ação do próprio Estado.

A sociedade é feita de suas representações, a opinião de apenas um componente dessa comunidade não pode ser vista como uma representação, isso porque, a individualidade depende muito da inserção que esse indivíduo tem em seu meio social e da influência exercida por ele entre seus pares. Sendo que existem pressupostos metodológicos que resumem a ideia

das representações sociais em sua inteireza, segundo Porto (2006) os pressupostos de caráter metodológicos podem ser resumidos da seguinte forma:

[...] a) embora resultado da experiência individual, (...) são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) em decorrência do exposto em 'b', apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e) em decorrência do exposto em 'c' pode-se admitir a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre os fenômenos e suas representações sociais, que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras mas a matéria prima do fazer sociológico. (PORTO, 2006, p. 254).

Esses pressupostos demonstram que as experiências individuais só podem ser consideradas representações, quando estiverem inseridas no contexto social de onde foram geradas, estabelecendo o modo como as sociedades enxergam o mundo e seus fenômenos sociais e culturais. Existem ligações entre os acontecimentos e as representações sociais que expressam a visão social acerca de tudo o que ocorre em seu meio, não é possível afirmar que essas visões são verídicas ou inverídicas, o que pode ser feito é uma análise contextualizada, com base em reflexos históricos, sociais, culturais e demográficos de cada comunidade.

A sociedade ao longo de seu desenvolvimento, criou um mecanismo de produção de conhecimento, denominado representação, que se manifesta por meio de crenças, valores, ideologias etc. Porto (2006) assevera que:

A pesquisa centrada na análise de representações sociais busca ressaltar a contribuição substantiva que crenças, valores, ditados populares e ideologias, tomados em sua condição de representações sociais, aportam ao conhecimento do social, descartando, pois, sua definição como algo irracional, ausente de vínculos lógicos com o real. À condição, evidentemente, de assumi-las pelo que de fato são: substrato material, sinal externo, vida cristalizada (Durkheim, 1978). Por sua vez, a definição mesma de violência não é indiferente ao campo social que a elabora: o fato de uma dada sociedade se pensar, ou não, em termos da categoria violência depende dos valores aí vigentes. (PORTO, 2006, p. 270).

O conhecimento social deve ser estudado enquanto representação do pensamento vigente em dada sociedade em época determinada, de maneira que possa ser avaliada enquanto pensamento reinante naquele contexto. Embora tal representação não seja sempre perfeita ao apontar as causas da criminalidade e da violência, deve-se levar em conta as reflexões da comunidade, que é simplesmente sua representação de uma realidade experimentada. A violência e a criminalidade estão intimamente ligadas, pois a criminalidade

é o resultado da violação de algum direito ou garantia, assim sendo, ambas são compreendidas pela sociedade como quase sinônimas.

O crime pode ser concebido como um fenômeno social, tendo sua causa e origem geralmente estabelecida pela própria sociedade por meio de uma representação que esta faz a respeito dessas questões. Corroborando com este pensamento Porto (2006) salienta:

[...] a representação acerca de um fenômeno é parte constitutiva desse mesmo fenômeno, “criando-o”, em certo sentido. Assim, no processo de investigação de um crime, a definição do “suspeito” é resultado, além dos chamados “dados objetivos”, de uma construção social para a qual as representações sociais contribuem de modo significativo. Outro exemplo, a impunidade, real ou representada, pode, igualmente, alimentar práticas violentas.

Desta perspectiva de análise, entender por que a sociedade produz certas representações sobre um fenômeno ou sobre algumas de suas instituições revela-se mais pertinente do que preocupar-se apenas em sentenciar sobre a condição de falsa ou de verdadeira de uma dada representação. Ou seja, a violência são os fatos da violência, exemplo, um homicídio, um corpo no chão, o sangue na calçada, mas são também as representações sociais dessa violência. Além disso, representações sociais não são racionais ou irracionais embora respondam, certamente, por uma lógica e uma racionalidade que as constituem em objeto do conhecimento, a serem, portanto, submetidas ao crivo da ciência. Racionalidade de uma natureza totalmente distinta daquela que o conhecimento da ciência proporciona. Para o analista do social, se é pertinente buscar as relações entre o fenômeno e suas representações, não é por considerar que as últimas sejam sinônimo do real e sim, por assumi-las como um dado de realidade que precisa ser submetido à análise como condição de produção de um conhecimento pertinente. (PORTO, 2006, p. 269-270).

A representação social de um fenômeno pode ser considerada como uma parte do mesmo, ou seja, quando a sociedade expressa um entendimento a respeito da criminalidade, esse conceito que nasce dentro da comunidade passa a integrar o próprio crime, pois é sabido que deve existir um fato social antes da tipificação de qualquer conduta como infração penal. Dessa forma, não se pode afirmar que é lógica ou ilógica as razões geradoras de tais representações nem em relação à racionalidade ou irracionalidade da mesma, pode-se simplesmente avaliar as representações da sociedade como um reflexo da realidade e confrontar tais informações com outros dados que podem ser coletados de outras fontes.

Bourdieu (2004) traz em seu texto uma reflexão do cenário da sociologia moderno-contemporânea ocidental. O autor se baseia na tradição marxista que privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos em detrimento da sua estrutura lógica e da sua função gnosiológica. Este funcionalismo explica as produções simbólicas relacionando-as com os interesses das classes dominantes. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante e essa mesma classe desenvolve por meio de sua cultura uma ideia social, ou uma representação que se torna uma verdade que contrapõe a realidade de fato.

Daí surge um importante conceito desenvolvido posteriormente por Bourdieu sobre a distinção. Pois a mesma cultura que une por intermédio da representação é a mesma cultura que separa como instrumento de distinção, que legitima a diferença das culturas exatamente pela distância da cultura em questão em relação à cultura dominante.

Bourdieu (2004) considera que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do capital material ou simbólico acumulado pelos agentes e usado para influenciar um grande público. Bourdieu (2004) afirma que:

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente *ativos* e os agentes politicamente passivos e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital. (BOURDIEU, 2004, p. 163).

Neste trecho, o autor nos coloca a necessidade de entendermos o campo político, sua divisão de trabalho e distribuição de capital, para não naturalizar o abismo que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Esta divisão desigual de poder é algo historicamente construído e amplamente admitido pelos agentes envolvidos, já que não há interesse pela inserção de novos agentes em um campo onde poucos detêm o monopólio da produção.

Então, para Bourdieu (2004), o poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica e só se exerce se for reconhecido por uma população com suas representações formadas por uma grande força dominante como o do monopólio da mídia televisiva como exemplo.

A representação se manifesta quando indivíduo vê, ouve e se deixa influenciar por tudo que o rodeia e pelos estímulos e informações que recebe. O destaque dado por alguns meios de comunicação à violência vem propagando estímulos negativos à sociedade, principalmente a televisão, o cinema e os jornais, que vêm inserindo na mente humana hábitos e exemplos nocivos à sociedade, à medida que projetam imagens e notícias relativas à criminalidade, influenciando de forma negativa as representações das comunidades em relação à criminalidade em suas regiões.

Adorno (2002), trata da questão da exclusão socioeconômica e violência urbana fazendo um estudo dessa realidade desde a independência do Brasil em 1822, até épocas mais recentes. A criminalidade é um problema que atinge toda a sociedade brasileira e tem se acentuado nos últimos anos. Estudos recentes apontam desde a década de 1950 uma tendência de crescimento dos crimes e da violência social no Brasil.

Nesse contexto, o debate sobre o combate a criminalidade e a melhor forma de realizá-la é recorrente nas discussões entre os formadores de políticas públicas e pela sociedade em geral, conforme salienta Adorno:

Ex-colônia portuguesa, a sociedade brasileira conquistou sua independência nacional em 1822 sob um regime monárquico. Suas bases socioeconômicas e políticas repousavam na grande propriedade rural, monocultora e exportadora de produtos primários para o mercado externo; na exploração extensiva de força de trabalho escrava, alimentada pelo tráfico internacional de negros desenraizados de suas tribos e comunidades de origem no continente africano; na organização social estamental (Weber, 1971; Fernandes, 1974) que estabelecia rígidas fronteiras hierárquicas entre brancos, herdeiros do colonizador português, negros escravizados, homens livres destituídos da propriedade da terra e populações indígenas. Esses fundamentos sociais conformaram uma vida associativa, isto é, padrões de socialidade e de sociabilidade. Constituída em torno do parentesco, da mescla de interesses materiais e morais, da indiferenciação entre as fronteiras dos negócios públicos e dos interesses privados, no adensamento da vida íntima, na intensidade dos vínculos emocionais, no elevado grau de intimidade e de proximidade pessoais e na perspectiva de sua continuidade no tempo e no espaço, sem precedentes. (ADORNO, 2002, p. 01).

O autor inicia sua obra discorrendo acerca das raízes da violência, como a sociedade brasileira se organizou e o que essa organização tem a ver com a nossa atual realidade, que é o aumento da criminalidade e as representações acerca do medo dessa violência na população.

Outra questão tratada por Adorno (2002) é a organização política brasileira vista desde a idealização de nosso país, nos seguintes termos:

[...] a política convertia-se em conversa entre cavalheiros. e os partidos, em colegiados de oligarcas (O'Donnell, 1988). Essa estrutura perdurou ao longo de seis décadas (1822-1889). Contribuiu para consolidar elites políticas regionais. Ao longo da segunda metade do século XIX, profundas transformações, provocadas pela intensa produção de café para o mercado exportador, produziram fendas neste edifício social e político. Seus principais resultados residiram em: a) transferência definitiva do eixo econômico da região Nordeste, cujas atividades produtivas se concentravam na monocultura agro-exportadora do açúcar, para a região Sudeste, em especial para o oeste da província de São Paulo; b) substituição da força de trabalho escrava pela força de trabalho livre (1888), sobretudo constituída de imigrantes europeus contratados, inicialmente para as lavouras sob regime de colonato (Martins, 1971) e, em seguida, incorporados às oficinas e indústrias recém-instaladas, em torno de 1870, na capital da província de São Paulo; c) substituição do regime monárquico pelo de República Federativa (1889). A história que se segue radicaliza este conjunto de processos sociais. Entre 1880 e 1930, a sociedade brasileira abandona progressivamente seu perfil agrário-exportador e ingressa na era da indústria e do trabalho livre e da maior dependência da política econômica face à dinâmica do mercado externo e do comércio cada vez mais internacionalizado. Desde os primeiros anos de vida republicana, as tendências sociais caminharam no sentido da substituição progressiva das relações hierárquicas testamentais pela moderna formação da moderna sociedade de classes, com a constituição de um vigoroso e combativo proletariado urbano, em particular nas cidades de São Paulo,

Rio de Janeiro e na portuária cidade de Santos, situada na mesma região Sudeste. Aprofundaram-se as desigualdades regionais e a concentração da riqueza sob controle dos cafeicultores, dos proprietários rurais e da nova classe de empresários industriais. A polarização social agravou-se, estimulando revoltas no campo e uma onda de greves nas cidades industriais. (ADORNO, 2002, p. 2-3).

A passagem acima elucida bem a questão da formação política no Brasil, como essa dinâmica se deu e os possíveis reflexos nas questões sociais que vivemos atualmente.

Nas últimas décadas o crescimento da violência urbana, nas suas múltiplas modalidades: crime comum, crime organizado, violência doméstica, violação de direitos humanos, vêm se constituindo uma das maiores preocupações sociais da sociedade brasileira contemporânea e em muitos casos criando na entendimento da população, uma representação às vezes errônea quanto às suas origens.

O aumento da violência com relação a certos crimes e sua repercussão na mídia traz uma sensação de insegurança e um crescente medo na comunidade, gerando um desconforto geral.

Costa (1999), aduz que:

“[...] o quanto a violência é fruto do individualismo dos integrantes da sociedade que, tanto faz serem ricos ou pobres, buscam a violência para se projetarem de alguma forma na sociedade em que estão inseridos”. (COSTA, 1999, p. 12).

Zaluar (2002) argumenta, sobre o tema da pobreza como causa desencadeadora do crime, abordando em seu texto ideias disseminadas nos meios de comunicação de massa, assim como no acadêmico, para entender a questão da violência e propor políticas públicas no Brasil. A redução da explicação à pobreza e à desigualdade social, impedem um entendimento mais complexo da questão, desse modo, a autora afirma que:

A pobreza é a causa da criminalidade. Os últimos vinte e cinco anos, ocorreram grandes mudanças no Brasil, em vários aspectos como políticos, econômicos e sociais, com um grande aumento da violência e criminalidade. Os pobres sempre são as maiores vítimas, seja na forma de preconceito ou na forma de violência. (ZALUAR, 2002, p. 19)

As representações que a sociedade faz sobre a existência de uma cultura da violência e do monopólio legítimo da criminalidade, ambas falsas, terminam por dificultar a compreensão dos diversos conflitos na arena social e política. As interconexões entre a economia legal e a ilegal nos tráficos são também pouco acionadas nas teorias necessárias para políticas públicas mais eficazes e democráticas.

Essa percepção trazida muitas vezes pela mídia que vai de encontro com a realidade de muitas comunidades pobres corroboram por uma sensação de abandono e uma vitimização desses setores com o aumento da criminalidade pela sensação de insegurança trazida pela omissão do Estado e falta de política pública no combate às verdadeiras fontes da criminalidade, tais como: falta de acesso à educação, fome, desemprego etc.

Souza (2006), traça um painel diversificado. Vai da violência simbólica presente no ato fundador da ocupação da região à violência das grandes cidades, violência presente na implantação do regime colonial por via da escravização da população indígena e negra passando pela violência política, pela violência no campo, estrutural e interpessoal, intra-elites e violência policial, chegando à uma análise final com as representações da comunidade do setor Santo Antônio acerca da criminalidade, trazida pela pesquisa aberta realizada com a população do Bairro citado.

No século XIX, o Estado de Goiás experimenta dois movimentos contraditórios. De um lado, o esforço de organização do controle da violência através da criação de delegacias e de uma força policial e da constituição de comarcas e tribunais para a administração da justiça e, de outro, a convivência com altos índices de violência contra a pessoa. O que é uma mostra da dificuldade que as iniciativas de monopólio da violência têm para promover o processo civilizatório, nos termos expostos por Norbert Elias, que constitui, com o conceito de violência estrutural, o referencial teórico-metodológico da autora.

A Revolução de 30 e as iniciativas modernizantes, que fizeram do Estado de Goiás um verdadeiro laboratório para a consolidação territorial da nação, não foram suficientes para generalizar o processo civilizador. Assim sendo, muitos dos traços da sociedade rural permaneceram e ainda vieram acrescentarem-se os conflitos advindos com a chegada de levas e levas de imigrantes desenraizados, que geram conflitos de várias naturezas e, principalmente, vão desencadear as disputas pela terra ou pela melhoria dos padrões contratuais, apesar de várias iniciativas de descolonização pública e privada. (SOUZA, 2006, p. 152).

A detalhada reconstrução histórica permite Souza (2006) sustentar a tese da violência como princípio ordenador da sociedade goiana e levantar a hipótese de sua diluição com o processo de modernização, que, uma vez iniciado nas primeiras décadas do século XX, teria se efetivado a partir da década de 1970. Nesse sentido, afirma que a perspectiva histórico-social serviria de pano de fundo para a perspectiva psicológico-social e, assim, compreender o sentido das ações violentas nas relações cotidianas das pessoas a partir dos processos judiciais, cobrindo o período que vai de 1930 a 1980.

Abreu e Lourenço (2010), demonstra que o perfil social da violência e da criminalidade no Brasil vem sofrendo significativas modificações nas últimas três décadas. A intensa exposição de crianças e jovens a programas televisivos e jogos eletrônicos que são cada vez mais violentos e capazes de imitar a realidade, vem ampliando para os mais diversos segmentos da sociedade o foco da criminalidade que até então estava essencialmente restrito às camadas sociais vinculadas ao mundo da pobreza. Defende que a nova face da violência e da criminalidade no Brasil é um problema que desafia e demanda ações conjuntas na forma de políticas públicas e segurança pública do Estado e da Sociedade. Desse modo, verifica-se que as representações que a sociedade faz a respeito da violência, nem sempre refletem a realidade, isso porque, a televisão, os jogos eletrônicos que hoje mostram uma realidade exacerbadamente violenta, raras vezes retratam a realidade de forma isenta, o que acaba influenciando negativamente as representações sociais que a comunidade desenvolve acerca da criminalidade e da violência.

Greco (2014) afirma que a dignidade é “algo inerente ao ser humano, um valor que não pode ser suprimido, em virtude da sua própria natureza. Até o homem mais detestável, o criminoso mais frio e cruel é portador desse valor”. (GRECO, 2014, p. 11). Podemos adotar, então, o conceito proposto por Sarlet, que procurou condensar alguns dos pensamentos mais utilizados para definição do conceito de dignidade da pessoa humana, afirmando que como forma de afastar o medo da violência e prestar um serviço de qualidade, a polícia deve agir pautada em princípios norteadores dos direitos elementares dos cidadãos. A esse respeito Greco assevera:

A qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (GRECO, 2014, p.11).

Portanto, pode-se afirmar, sem receio algum que, de todos os princípios fundamentais que foram propostos e conseqüentemente conquistados ao longo dos anos, o que mais se destaca é o princípio da dignidade da pessoa humana.

Para Greco (2014), quando a polícia age de acordo com o que se espera, cumprindo realmente sua função e levando em consideração os direitos humanos, vê-se aumentada, efetivamente, a eficácia das ações policiais, que além de ser um imperativo ético e legal, constitui também uma exigência prática em termos de aplicação da Lei. Com isso,

aumenta a confiança do público, estimula-se a cooperação da comunidade, e, por conseguinte, chega-se a uma aproximação da polícia com a sociedade, o que aumenta a efetividade no atendimento às demandas estabelecidas pelas necessidades básicas da segurança pública.

Assim sendo, embora a força policial não seja a fonte geradora do crime, sua omissão cria na mente das pessoas um sentimento de abandono, que é assimilado e torna-se parte de uma representação social, construindo desse modo uma visão que muitas vezes contraria a realidade fática.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho teve como base obras que tratam dos assuntos que afetam o cotidiano social. Livros e artigos foram utilizados como fontes bibliográficas e ofereceram subsídios teóricos que fundamentaram toda a estrutura formal dessa obra.

De modo a fundamentar essa pesquisa, foi realizado um questionário aberto (conforme anexo 1), contendo 8 perguntas, aplicadas a 117 pessoas entre moradores e comerciantes do Setor Santo Antônio, localizado na região sul de Goiânia. Cada cidadão que respondeu ao questionário, teve liberdade em suas respostas sem sofrer nenhum tipo de influência externa.

Com a finalidade de demonstrar uma representação da comunidade do Setor indicado, o questionário foi aplicado aos moradores de todas as classes sociais e aos empresários do bairro da amostragem.

A pesquisa realizada é definida como quantitativa, pois foi aplicado o questionário às pessoas do setor Santo Antônio nas casas e comércios, tendo como único parâmetro que somente uma pessoa de cada um desses lugares poderia responder ao quesitos da pesquisa. Aplicou-se o questionário às pessoas que estavam dispostas a participar, isso porque, muitas se recusaram a fazê-lo, contudo, foi alcançado o quantitativo almejado.

A SEPLAM (Secretaria de Planejamento Municipal) publicou a estatística com o quantitativo da população do setor Santo Antônio, e esses dados tiveram como fonte o censo do IBGE (2010), sendo esta a última atualização dos dados do bairro da amostragem. Por meio das informações coletadas nessa fonte descobriu-se que a população do bairro é de 2.933 pessoas, dessa maneira, o questionário foi aplicado a 117 pessoas do bairro entre moradores e comerciantes, quantitativo este que representa 4% da população do setor Santo Antônio.

As variáveis dessa pesquisa foram: O que contribui para o aumento da criminalidade no setor Santo Antônio em Goiânia-GO; Qual horário consideram mais perigoso; O que poderia ser feito para aumentar a sensação de segurança da população; Se já foi vítima ou conhece algum vizinho que tenha sido; Se no seu dia-a-dia sentem medo da violência e se isso alterou seus hábitos; Quais medidas deveriam ser adotadas para aumentar a sensação de segurança da população do bairro pesquisado; Se consideram que sua qualidade de vida tenha sido afetada pela sensação de insegurança sentida; Sentem-se seguros quando saem ou retornam para sua residência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se os seguintes resultados da pesquisa *in loco* realizada no Setor Santo Antônio, região Sul da Cidade de Goiânia, no Centro Comercial e principalmente na área residencial o qual se perquiriu como primeiro quesito a respeito do principal fator que contribui com a criminalidade no setor Santo Antônio e para 85% dos entrevistados, a principal causa da criminalidade no bairro é a falta de Patrulhamento ou Policiamento. Foi relatado que quase não veem policiais ou viaturas nas ruas e que inclusive quando acontece alguma ocorrência a viatura demora muito tempo para chegar até o local. Dentre os entrevistados 10% declararam que além da falta de policiais militares nas ruas do setor, o bairro carece de infraestrutura, roçagem de terrenos baldios e iluminação pública. 5% disseram que, além disso, sentem falta de policiais da Rotam nas ruas e que deveria existir um Posto Policial no Setor.

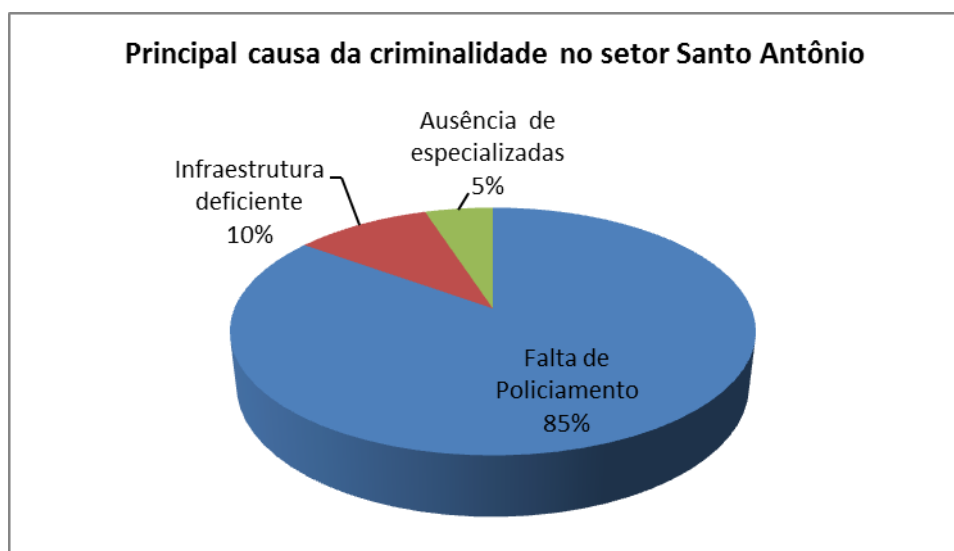


Gráfico 1: Representação da comunidade do Setor analisado acerca da criminalidade.
Fonte: Pesquisa realizada.

A partir dos apontamentos levantados nesse quesito, percebe-se que as representações sociais dessa comunidade em relação ao aumento da criminalidade, se direcionam no sentido de culpar a omissão policial pelo crime e não de indicar a verdadeira raiz do problema, que é muito mais complexa e estrutural do que acredita a comunidade do bairro, que vê de modo aparentemente superficial o problema da criminalidade, muitas vezes por influência da mídia que ao invés de transmitir informações imparcialmente, acaba noticiando de forma tendenciosa e sensacionalista o dados da violência.

Indagando os entrevistados a respeito do horário que consideram mais perigoso no setor, 89% afirmam que o perigo está presente o dia todo, contudo, enfatizam que os horários mais propícios ao crime são pela manhã por volta das 6 horas e a noite depois das 20 horas.

Cabe ressaltar que a população constrói suas representações sociais da criminalidade baseada em suas vivências empíricas e com foco nesse pensamento, a população respondeu ao terceiro questionamento que consistia em saber o que a polícia poderia fazer para aumentar a sensação de segurança no setor, e dentre os entrevistados, 95% disseram que mais patrulhamento, e 3% , acham que deveria existir leis mais severas e 2% da amostra afirmaram que a prefeitura deveria cuidar melhor da iluminação e que fizesse a roçagem dos terrenos baldios.

Levando-se em consideração o que foi relatado pelos entrevistados a respeito da criminalidade no setor, perquiriu-se se já foram vítimas ou se conheciam algum vizinho que já tinha sido vítima de crime no bairro, dentre os entrevistados, 97% relataram que já foram vítimas de algum crime no setor, tendo a grande maioria sofrido assalto (roubo), ou furto, e 100% disseram conhecer alguém do bairro que foi vítima de algum tipo de crime.

Diante da realidade experimentada pelos cidadãos da comunidade do Setor em comento, 100% acreditam que corre algum tipo de risco e tem medo, sendo unânimes os que mudaram seus hábitos por causa da violência. Foram mencionadas a mudança de rotas do trabalho e principalmente a restrição em sair de casa, e quando isso ocorre, procuram sair sempre acompanhados.

Muito embora a representação social da criminalidade na comunidade do bairro estudado seja uma percepção possivelmente falaciosa, 85% dos entrevistados disseram que as medidas que deveriam ser adotadas para que fosse alcançada uma maior sensação de segurança para população consistiam em mais patrulhamento, 5% salientam a necessidade de mais policiais nas ruas e 5% mais iluminação e um posto policial no setor e os outros 5% apresentaram opiniões diversas. Tais informações reforçam que as representações dessa comunidade não são direcionadas para o ponto central de onde se origina o crime, não se pode

afirmar que tal percepção seja certa ou que esteja equivocada, contudo, essa posição carece de maturação para que possa representar de fato um pensamento mais condizente com os fatores reais da criminalidade.

Nesse contexto, é forçoso reconhecer que a violência e a criminalidade para a população estudada é representada como uma constante, de modo que, foi indagado se a qualidade de vida dos moradores e comerciantes do setor é afetada de alguma forma pela sensação de insegurança gerada pelo crime na comunidade, e 95% dos entrevistados disseram que sim, sua qualidade de vida foi atingida negativamente pela violência no setor. Sendo a sensação de falta de liberdade a mais citada. E 5% disseram que não tiveram sua qualidade de vida afetada pela sensação de insegurança ocasionada pelo crime em seu bairro. Assim sendo, nota-se que a maior parte dos moradores e comerciantes afirmam que a criminalidade afeta sobremaneira sua vida em vários aspectos, fazendo com que os cidadãos que lá residem limitem sua rotina e contratem diversas formas privadas de prevenção contra os crimes.

E por fim ao indagar a população a respeito do sentimento de segurança ao saírem e retornarem para suas residências, foram unânimes em suas respostas de maneira que 100% dos entrevistados afirmaram sentirem-se inseguros ao saírem e voltarem para suas casas, porque se viam expostos de forma perigosa ao crime e ao risco de serem vitimados pelo mesmo. Nesse sentido, é evidente que o fenômeno das representações sociais expressam os sentimentos e as sensações de uma sociedade em relação a determinado fenômeno, nesse caso, a criminalidade. É evidente que embora essas representações sejam uma forma de conhecimento, deve-se ter certa cautela ao analisá-las, pois se trata das percepções que as pessoas têm a respeito de certos conhecimentos e não de dados elaborados cientificamente.

Foi observado que para os entrevistados a omissão policial é um “agente-causa” da fragilidade da Segurança Pública no setor Santo Antônio. Fatores de risco e de medo do crime estão ligados, segundo a pesquisa, diretamente à sensação de insegurança ocasionada pela descrença da população em relação à qualidade do serviço prestado pela polícia ostensiva. Contudo, é importante ressaltar que tais representações sociais não estão direcionadas à raiz do problema, que mais tem a ver com a desigualdade social, educação deficiente, falta de informação, emprego, fome, além de diversos outros fatores que de fato originam a criminalidade, não apenas no setor da amostragem mas em todo e qualquer contexto social. A polícia em si é representada como vilã, mesmo que em sentido omissivo, porque a população da amostra vê nessa ausência a causa da criminalidade.

É necessária uma mudança de paradigmas que possibilitem a essa comunidade vislumbrar as verdadeiras razões da ocorrência de crimes, no entanto, a polícia deve se fazer

mais presente e atuante, demonstrado a consideração e o profissionalismo que comunidade espera para que suas representações sociais alinhem-se com a verdade e para que possam ver na polícia uma solução e não um problema.

5 CONCLUSÃO

Após a realização da pesquisa, percebe-se que apesar da representação social que a comunidade do setor Santo Antônio tem a respeito da criminalidade, suas ideias não estão condizentes com a realidade e origem da violência no bairro, isso porque, apesar de terem muito conhecimento empírico falta-lhes conhecimento teórico e científico para identificarem a raiz do problema que envolve a prática de crimes.

Por meio das respostas apresentadas no questionário, é forçoso reconhecer que os cidadãos vivem sob pressão constante, tentando se proteger como podem, mudando seus hábitos, gastando mais de seu rendimento com segurança, e declaram de forma concisa o que entendem que deveria ser feito. Foram quase unânimes ao apontarem a falta de policiamento como causa que contribui para o aumento da criminalidade em sua região. Acompanha essa unanimidade os moradores que já foram vítimas de crimes ou conhecem alguém que tenha sido.

Conforme salienta Zaluar (2002), as causas dos crimes estão ligadas a fatores como a pobreza. Esse elemento juntamente com outros problemas sociais correlacionados são responsáveis pela criminalidade. A autora afirma que:

A pobreza é a causa da criminalidade. Os últimos vinte e cinco anos, ocorreram grandes mudanças no Brasil, em vários aspectos como políticos, econômicos e sociais, com um grande aumento da violência e criminalidade. Os pobres sempre são as maiores vítimas, seja na forma de preconceito ou na forma de violência. (ZALUAR, 2002, p. 19)

É bem sabido que a essência do crime está em diversos fatores sociais, contudo, a comunidade do setor analisado representa como causa do crime principalmente a omissão policial, que poderia ser vista como agravante e não como desencadeadora dos eventos criminosos, sendo que tais ocorrências tem sua origem na desigualdade social, má distribuição de renda, pobreza, educação deficiente, desemprego, falta de oportunidades etc. A criminalidade tem sua origem em aspectos sociais complexos e estruturais e sua solução deve ser direcionada na resolução dessas questões fundamentais e não apenas no reforço de um

mecanismo reacionário que só atua quando a comunidade está sendo agredida ou já foi molestada.

Com base nas representações sociais que foram explicitadas nessa pesquisa, sugere-se que seja feito um trabalho policial voltado para a aproximação e conscientização por parte da instituição policial militar em favor da comunidade do setor Santo Antônio, de modo a esclarecer as verdadeiras raízes dos problemas da criminalidade e ao mesmo tempo oferecer a prestação estatal do serviço de policiamento ostensivo.

Recomenda-se que seja empregado por parte da instituição policial, um serviço de policiamento comunitário no bairro pesquisado, com a precípua finalidade de integrar a polícia e comunidade, além de ser importante a feitura de levantamentos estatísticos para identificação das zonas quentes de criminalidade, para desse modo, oferecer uma prestação de serviço eficiente e demonstrar que a polícia não é omissa como afirmou a pesquisa.

Diante dos resultados encontrados, que evidenciam as representações sociais sobre a criminalidade do setor analisado, conclui-se que os moradores tem uma falsa percepção dos eventos sociais criminais que ali ocorrem, direcionando a culpa pela violência ao órgão diretamente responsável pelo combate à mesma. Isso ocorre por influência externa, sobretudo da imprensa, fazendo com que esses cidadãos construam uma representação superficial da criminalidade em seu bairro.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Jonas Modesto de; LOURENÇO, Luiz Cláudio. Mídia, violência e segurança pública: novos aspectos da violência e da criminalidade no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7319>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre. n. 8. p. 84-135, jul/dez, 2002.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre. n. 8. p. 01, jul/dez, 2002.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. Porto Alegre. n. 8. p. 2-3, jul/dez, 2002

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 163. 2004.

GOIÂNIA, Secretaria de Planejamento Municipal. **Anuário 2012**. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/arquivos%20anuario/3%20DEMO>>

GRAFIA/3.1%20Popula%C3%A7%C3%A3o/3.1.22%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20Goi%C3%A2nia%20por%20regi%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

GRECO, Rogério. **Atividade policial:** aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 6 ed. Niterói-RJ: Ímpetus, 2014.

SOUZA, Dalva Borges de. **Violência, poder e autoridade em Goiás.** Goiânia: UFG. 2006.

ZALUAR, Alba. Oito temas para debate: violência e segurança pública. **Sociologia, problemas e práticas.** Rio de Janeiro, 2002. n. 38, p. 19-24.

PORTO, Maria Stela Grossi . Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias.** Porto Alegre. n. 16. p. 250-254, jul/dez, 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi . Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias.** Porto Alegre. n. 16. p. 269, jul/dez, 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi . Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias.** Porto Alegre. n. 16. p. 270, jul/dez, 2006.

APÊNDICE



ESTADO DE GOIÁS

POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS



QUESTIONÁRIO

1. Na sua opinião qual o principal fator que contribui com o aumento da criminalidade no bairro?
2. Qual horário considera mais perigoso?
3. O que a polícia poderia fazer para aumentar a sua sensação de segurança?
4. Já foi vítima de algum crime ou conhece alguém que tenha sido nesse bairro? Qual crime?
5. No dia a dia, sente medo por causa da violência? E esse medo alterou alguns de seus hábitos, quais?
6. Em sua opinião quais medidas deveriam ser adotadas para que fosse alcançado uma maior sensação de segurança para a população do Bairro Santo Antônio?
7. Considera que sua qualidade de vida é afetada de algum modo pela sensação de insegurança gerada pelo crime no seu bairro?
8. Sente-se uma pessoa segura quando sai e quando retorna para sua residência?

